


# Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

## Ata número vinte e quatro

  
Susana  
Silva

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada  
no dia nove de dezembro de dois mil e quinze

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, nesta Cidade de Mêda, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presente o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Lemos Amaral, António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

### **1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**-----

Às dez horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

### **2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA** -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número duzentos e trinta e seis de sete de dezembro de dois mil e quinze, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **5.950,08€** (cinco mil novecentos e cinquenta euros e oito cêntimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **311.356,82€** (trezentos e onze mil trezentos e cinquenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos).-----

**3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, em conformidade com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE:** -----

O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no próximo dia onze de dezembro, o Senhor Presidente da República, Dr. Aníbal Cavaco Silva, irá visitar Marialva no âmbito das Comemorações dos 20 Anos das Aldeias Históricas.-----

### **INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ANTÓNIO CÉSAR FIGUEIREDO:** -----

O **Senhor Vereador António César** deu início ao seu período de informações alertando o Senhor Presidente para o facto de há dois ou três meses a esta data ter havido um êxodo mais intenso de licenças, património vitícola do Concelho de Mêda, frisando que mais uma vez a Câmara não teve qualquer atuação sobre isso. Sublinhou que a sua posição sempre foi de que a Câmara deveria criar uma Bolsa de Cadastros, através de uma entidade bancária. Explicou que essa Bolsa de Cadastro ficaria ao dispor dos jovens agricultores, ou dos agricultores da Mêda, ou ainda, de outros que não sendo

Susana  
Silva

da Mêda, queiram investir na Mêda, exigindo-se porém que a licença seja replantada na Mêda.-----

Sobre este assunto, recordou que criticou acerrimamente o Dr. Mourato por não ter tido visão para este problema. Também no mandato do Senhor Armando Carneiro propôs que fosse criada essa Bolsa.-----

Reiterou que saíram dezenas ou mesmo largas centenas de hectares de licenças de património vitícola, as quais criariam riqueza na ordem dos milhões de euros para o Concelho.-----

Rememorou que numa reunião realizada logo no início do mandato, alertou para este problema, tendo referido na altura que sabia que nunca fariam parte do Executivo, mas podiam fazer parte das decisões da Câmara e terem um projeto em comum como objetivo. Sugeriu que fosse criada a Bolsa de Terras e licenças, para estancar a saída das poucas licenças que ainda restam no Concelho.-----

Prosseguindo, argumentou que a Câmara não tem a obrigação de plantar e tratar as vinhas, mas tem a obrigação de defender o património.-----

Chamou a atenção do Senhor Presidente para um outro problema, a liberalização dos plantios. Sugeriu que fosse posto a funcionar o gabinete agrícola, que o Senhor Presidente disse que estava em reestruturação e até agora nada. Prosseguiu recordando que era um gabinete que existia no passado, funcionava, elaborava avisos de quinze em quinze dias sobre doenças, licenciamentos, etc. Explicou que eram notas informativas que estavam ao dispor das juntas de freguesia e de todas as associações e que, lamentavelmente, desapareceram.-----

Passou a uma outra questão, respeitante à assinatura do protocolo entre várias entidades espanholas e portuguesas no passado dia vinte de novembro, dizendo ser ridícula a posição do Senhor Presidente da Câmara perante este assunto.-----

Lembrou que, há um mês atrás, os Vereadores do CDS-PP levaram à reunião de Câmara a informação de que iria ser assinado um protocolo entre várias entidades espanholas e portuguesas, no que diz respeito à caça maior, tendo solicitado que o protocolo fosse assinado no Salão Nobre do Município. Referiu que o Senhor Presidente fez uma nota muito detalhada sobre o evento no *site* do Município, lamentando o facto, de apesar de ter apadrinhado a assinatura do protocolo, na fotografia aparece apenas o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente. Disse já ter

Susana  
Silva

sido várias vezes interpelado na rua por munícipes que lhe dizem que não o vêm nas fotos, logo, não participa nos eventos da Câmara, o que não corresponde à verdade, asseverando que está presente em todos os eventos relevantes da Câmara-----

Proseguiu, questionando como é possível um Presidente da Câmara receber um Secretário de Estado e altas individualidades de todos os quadrantes políticos, nomeadamente do PSD, CDS-PP, PS, Bloco de Esquerda, PCP e ainda forças vivas do Concelho, tais como o Comandante dos Bombeiros, o Sargento da GNR, etc. e a Câmara limitar-se a pagar vinte ou vinte e cinco jantares, quando, na totalidade, eram apenas cerca de quarenta. Como Presidente do Clube de Caça e Pesca de Mêda, solicitou que o informassem de quais foram os jantares que a Câmara pagou, para poder informar quem de direito quais os jantares que o Clube de Caça e Pesca de Mêda pagou.-----

Lamentou também o facto de não ter sido feito um folheto, ou uma brochura, sobre o Concelho e, mais grave ainda, foi o facto de não ter sido feita qualquer oferta ao Secretário de Estado.-----

Interveio o **Senhor Presidente**, esclarecendo que aquele assunto foi ali levado pelo CDS-PP, tendo solicitado, na altura, apenas a utilização do Salão Nobre para a assinatura do mesmo.-----

De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador António César** disse ter conhecimento que mensalmente o Senhor Presidente se reúne com os Senhores Presidentes de Junta para uma jantarada, com o objetivo de lhe fazerem chegar as reivindicações da própria freguesia. No seu ponto de vista, isto é uma forma ridícula de fazer política, porque um Presidente que não falha uma festa, está sempre presente, vai a todo lado, desde freguesias às quintas, deveria saber as reais necessidades das pessoas. Perguntou qual o real objetivo desses jantares.-----

O **Senhor Presidente** respondeu que não faz visitas apenas para comer, mas sim para estar com os munícipes, para isso é que foi eleito. Frisou que é obrigação do Presidente estar presente em todos os eventos.-----

Entende que esses jantares mais restritos são normalíssimos, esclarecendo que não acontecem apenas na Câmara da Mêda, mas em todas as Autarquias.-----

O **Senhor Vereador António César** disse achar que isto é mais do mesmo. Sublinhou que é uma política muito barata por parte do Senhor Presidente, fazendo da Câmara

Fl.

Susana  
Silva

uma instituição ridícula. Revelou-se incomodado por o Senhor Presidente fazer esses jantares e não conseguir elencar as pretensões dos Presidentes de Junta, atalhando, o **Senhor Presidente** argumentou que a maior parte dos Senhores Presidentes de Junta concordam com estes jantares, por entenderem que são muito importantes.-----

De seguida, o **Senhor Vereador António César** solicitou informações sobre um projeto desenvolvido entre a Santa Casa da Misericórdia de Mêda e a Câmara Municipal de Mêda, designado de CLDS e perguntou qual o montante que foi aprovado, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que o montante aprovado para três anos é de quatrocentos e oitenta mil euros.-----

Prosseguiu o **Senhor Vereador António César**, questionando em termos objetivos quais são as funções desse projeto, explicando o **Senhor Presidente** que foi feito um plano de ação e que as verbas foram atribuídas em função desse plano. Esclareceu que é um projeto direcionado para as questões sociais, nomeadamente formação para desempregados, apoio a carenciados e realização de algumas obras.-----

Interveio o **Senhor Vereador Paulo Amaral**, para explicar ao Senhor Vereador António César que está disponível uma verba para pessoal, no valor de seis mil e duzentos euros mensais, a qual engloba subsídios de férias e natal e segurança social. -----

O **Senhor Vereador António César** questionou se era o Senhor Ricardo Frade, o Senhor Filipe Rebelo e a Senhora Sónia Carvalho que iriam constituir a equipa de trabalho e se não iria entrar mais ninguém, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que sim e que não iria entrar mais ninguém.-----

De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador António César** criticou as escolhas feitas, frisando que são escolhas político-partidárias entre o PS e o PSD.-----

O **Senhor Vereador António César** abordou depois um outro assunto, disse ter conhecimento de que foi incluída mais uma pessoa para a formação da Loja do Cidadão, atalhando, o **Senhor Presidente** respondeu que foram pedidas três pessoas para a formação, com o objetivo de substituir as duas pessoas que foram selecionadas por concurso, em caso de doença ou férias. O **Senhor Vereador António César** alertou o Senhor Presidente para ter mais cuidado na requalificação dos funcionários, porque qualquer dia não tem funcionários de limpeza.-----

De forma franca abordou um outro assunto. Disse ser contra o que aconteceu nas últimas eleições legislativas. Entende que foi uma aberração o que se fez no País e

J.

Susana  
Silva

acha que vamos pagar caro por isso. Quis deixar um alerta ao Senhor Presidente, uma vez que está no Governo a cor do seu partido e ouviu dizer que vão reabrir os tribunais, caso isso venha a acontecer congratular-se-á com essa situação, mas o Senhor Presidente deve começar a fazer pressão, atalhando o **Senhor Presidente** informou que já fizeram,volvendo o **Senhor Vereador António César** respondeu que quando se refere a pressão não é propriamente à pressão de ir a Lisboa com um autocarro comer uma feijoada, é fazer realmente pressão, porque acha que isto vai durar pouco tempo, por isso devem aproveitar.-----

Um outro assunto era respeitante a uma outra questão que colocou na última reunião, que é a situação do funcionário Artur Pimentel.-----

Perguntou se já existe algum relatório e como é que está a situação.-----

O **Senhor Presidente** respondeu que foram feitas diligências. Foram ouvidos os intervenientes. A Senhora Paula Ferreira foi ouvida novamente, tendo sido informada de que o processo iria ser arquivado porque o Gabinete Jurídico entendeu que não existe matéria para processo disciplinar. Situação com a qual a Senhora Paula ficou satisfeita, atalhando, o **Senhor Vereador António César** questionou se ficou provado que não houve culpa por parte do funcionário e se há um relatório escrito, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que não existe um relatório escrito, apenas houve uma conversa, sendo que foram feitas algumas recomendações ao funcionário, ficando pasmado o **Senhor Vereador António César**, porque devido à gravidade da situação existem apenas conversas com os intervenientes, não existindo qualquer relatório. Solicitou que seja elaborado um relatório que comprove que o funcionário não tem culpa de nada, até para salvaguardar o próprio funcionário e a munícipe.-----

#### **4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

##### **PONTO 1 – 30ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PARA A DEVIDA RATIFICAÇÃO;** -----

I – A Câmara por maioria dos presentes, com os votos contra dos Senhores Vereadores António Lopes e António César deliberou ratificar a trigésima alteração orçamental no valor de cinquenta e sete mil seiscientos e cinquenta euros.-----

De acordo com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara Municipal é o órgão competente para aprovar as Alterações Orçamentais solicitadas.-----

H.

Susana  
Silva

Os documentos em causa dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em pasta anexa ao Livro das Atas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de agosto.-----

II - Os **Senhores Vereadores António Lopes e António César** apresentaram justificação conforme consta na ata número vinte dois de dois mil e catorze, deliberação número duzentos e sessenta e sete, respeitante à reunião ordinária realizada em vinte e nove de outubro e cujos fundamentos se dão aqui por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos.-----

**PONTO 2 – PROPOSTA N.º 69/2015 – APROVAR PROJETO DE REGULAMENTO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO;** -----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** aprovar o Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo;-----

A Submissão da proposta de Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo, a consulta pública, nos termos do previsto no artigo centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

**PONTO 3 – PROPOSTA N.º 70/2015 – APROVAR O REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO;** -----

I – Esta proposta por decisão do Senhor Presidente que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da Ordem de trabalhos.-----

**PONTO 4 – PROPOSTA N.º 71/2015 – APROVAR O REGULAMENTO TAXAS, PREÇOS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE MÊDA E RESPETIVO ANEXO – TABELA DE TAXAS;** -----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** aprovar o Regulamento de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Mêda e respetivo anexo;-----

Submeter o Regulamento de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Mêda e respetiva Tabela de Taxas, acompanhada da fundamentação económica, à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, ao abrigo do disposto nas alíneas k) e ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro da lei número setenta e cinco de dois mil e

Susana  
Silva

treze, de doze de setembro, na sua atual redação e de acordo com as alíneas b) e g) do número um do artigo vigésimo quinto do citado diploma legal.

**PONTO 5 – PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENÇAS DE OBRAS**

**PARTICULARES;**

Armando Cesar Abrunhosa Figueiredo-----Meda

Processo Nº103/2015-----

DEFERIDO-----

Antero de Jesus Abrunhosa Plácido-----Valflor

Processo Nº127/2015-----

DEFERIDO-----

António José de Almeida-----Coriscada

Processo Nº81/2010-----

DEFERIDO-----

António de Oliveira Alves-----Coriscada

Processo Nº123/2015-----

DEFERIDO-----

Carlos Alberto Rodrigues Ferreira-----Marialva

Processo Nº78/2015-----

DEFERIDO-----

Faustino José Monteiro Tareco-----Aveloso

Processo Nº77/2015-----

DEFERIDO-----

Francelina do Céu Lopes Antunes-----Meda

Processo Nº122/2015-----

DEFERIDO-----

João de Deus Cardoso Antunes-----Outeiro de Gatos

Processo Nº125/2015-----

DEFERIDO-----

José Joaquim de Reboredo Dias Lacerda-----Meda

Processo Nº128/2015-----

DEFERIDO-----

Luís Manuel Saraiva -----Coriscada

Processo Nº121/2015-----

DEFERIDO-----

Natura Empreendimentos, Lda-----Meda

Processo Nº80/2015-----

DEFERIDO-----

Silvano Augusto Rosa Ribeiro-----Marialva

Processo Nº124/2015-----

DEFERIDO-----

VODAFONE – Comunicações Pessoais SA-----Coriscada

Processo Nº94/2015-----

DEFERIDO-----

VODAFONE – Comunicações Pessoais SA-----Ranhados

Processo Nº119/2015-----

DEFERIDO-----

I – A Câmara tomou conhecimento da listagem dos pedidos de licenças de obras particulares deferidos.-----

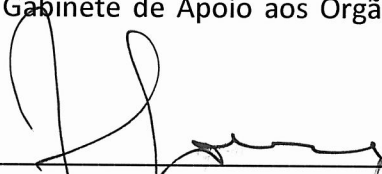
**PONTO 6 – PROPOSTA N.º 72/2015 – APROVAR A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE MÊDA;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** aprovar a delimitação da área de reabilitação urbana do centro histórico de Mêda;-----

Submeter a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana do centro histórico de Mêda à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.-----

**5 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas e dezassete minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos Susana Maria Borrego Silva.

  
-----  
Susana Maria Borrego Silva  
-----